

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.882 - GO (2019/0350382-1)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : GEONILSON MOREIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : WALDEMAR ALVES DE SOUSA CAMACHO JÚNIOR E  
OUTRO(S) - GO020335  
ALEXANDRE DANILLO SOARES - GO034702  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por GEONILSON MOREIRA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que denegou a ordem visada no HC n. 5475716-90.2019.8.09.0000 para manter a prisão preventiva decretada em seu desfavor nos autos da ação penal a que responde pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006, por duas vezes, e 16 da Lei n. 10.826/2003, este c/c o art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 8.072/1990.

Sustenta o recorrente, em síntese, a ausência de justa causa para a deflagração da ação penal, uma vez que não teria praticado a ação que lhe é imputada, cujo flagrante teria sido forjado pelo policiais militares.

Alega, ainda, estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente da inidoneidade dos fundamentos utilizados para decretar e manter a segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Realça suas condições pessoais, que lhe seriam favoráveis, predicados que lhe autorizariam responder em liberdade à ação penal ou mediante a imposição de medidas cautelares mais brandas, insculpidas no art. 319 do estatuto processual penal.

Por fim, defende o excesso de prazo para a formação da culpa, haja vista que estaria segregado desde da data dos fatos, sem que tenha dado azo à delonga, e sem previsão para o encerramento da instrução criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do presente reclamo para que seja revogada a prisão *ante tempus* ou, subsidiariamente, substituída por cautelares alternativas.

#### É o relatório.

Depreende-se dos autos que o recorrente, após ser preso em flagrante no dia 22/4/2019, teve a prisão convertida em preventiva no dia seguinte e, posteriormente, denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006, por duas vezes, e 16 da Lei n. 10.826/2003, este c/c o art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 8.072/1990, porque teria sido surpreendido na residência de sua companheira guardando e mantendo em depósito quantidade não desprezível de droga, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Mostra-se inviável acolher a pretensão sumária.

Isso porque há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é

# Superior Tribunal de Justiça

possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado:

*"Ora, consabidamente a via estreita do **Habeas Corpus**, por ser de rito célere, é **imprópria para a dilação de provas quanto à efetiva prática da infração penal**, sendo inviável a discussão do mérito, já que não é possível discutir questões que, para seus deslindes, demandam exame aprofundado do conjunto fático-probatório, sendo peculiar ao processo de conhecimento.*

*[...]*

*Prefacialmente, no tocante ao pedido de reconhecimento de nulidade da prisão em flagrante e, conseqüentemente, o trancamento da ação penal, porquanto ausente situação de flagrância e ofensa ao princípio da inviolabilidade do domicílio, verifica-se que **não importa em violação de domicílio a ação policial que resulta de flagrante de delito permanente**, como é o caso do artigo 33 da lei nº 11.343/06 e do artigo 16, da Lei nº 10.826/03. Confira-se:*

*[...]*

*Em tempo, destaca-se que **é inviável o debate sobre a alegação de que foram implantadas as drogas e montado um suposto flagrante para incriminar o paciente, por demandar dilação probatória**. O que não é permitido na via estreita do writ.*

*Desta forma, agindo a polícia na repressão ao crime e havendo prisão em flagrante em crime permanente, não há que se falar em ilegalidade da ação policial, inexistindo causa que leve o trancamento da ação penal como quer os impetrantes.*

*Ademais, conquanto tenha sido o paciente preso originariamente em situação de flagrante, a autoridade impetrada converteu-lhe tal segregação em preventiva. Assim, **superado eventual constrangimento ilegal decorrente da primeira constrição, porquanto agora preso a outro título**.*

*[...]*

*Nesse contexto, vê-se que a autoridade coatora fundamentou, suficientemente, a necessidade da manutenção da prisão cautelar, destacando a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade, o que revela sinais capazes de demonstrar o *fumus comissi delicti* ante as provas colhidas durante a fase inquisitorial, com o depoimento de testemunha que conta sobre a **confissão do paciente de ser ele o proprietário da grande quantidade (0,900g) da droga apreendida, dos petrechos,***

# *Superior Tribunal de Justiça*

***da quantia em dinheiro de R\$ 2.060,00 e do armamento pesado que, ao que parece, foram encontrados na residência.***

***De igual modo, o periculum libertatis está alicerçado na garantia da ordem pública, pois o Juiz a quo ressaltou que o paciente é contumaz na prática de infrações penais porque já foi condenado por tráfico de drogas anteriormente (protocolo n. 2011000472141)" (e-STJ fls. 381-384, grifou-se).***

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos neste momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

***AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.***

***1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.***

***2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.***

***3. Agravo interno não conhecido.***

***(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)***

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular acerca da atual situação prisional do recorrente, bem como do andamento da ação penal, encaminhando senha para acesso ao andamento do respectivo processo, se for o caso.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

